

RELATÓRIO INSTITUCIONAL 2018





Criança Deni da aldeia Boiador. Foto: Adriano Gambarini/OPAN.

SUMÁRIO

- 04** Carta do Presidente
- 08** Programa de Direitos Indígenas, Política Indigenista e Informação à Sociedade
- 18** Programa Mato Grosso
- 38** Programa Amazonas
- 56** Governança e Gestão Institucional

CARTA DO PRESIDENTE

É com prazer, alguma apreensão e determinação, que inicio esta carta de apresentação de nosso Relatório Institucional 2018.

Com prazer pelos bons resultados dos trabalhos da OPAN e dos povos indígenas nesse ano que passou. E com apreensão, pelo agravamento das condições econômicas, ambientais, sociais e culturais, provocado diariamente por atos governamentais e de setores conservadores da sociedade brasileira, que acumulam feitos e ameaças aos povos indígenas e às organizações que lutam por seus direitos constitucionais e por seu protagonismo.

Nos seus 50 anos de atuação, a OPAN já enfrentou e superou muitas fases ameaçadoras, sempre junto aos povos indígenas, na luta por seu direito à existência plena, pela ampliação de sua autonomia para decidir seus caminhos de futuro, projetados em modelos sociais sustentáveis, calcados na valorização da natureza e da vida em toda a sua diversidade. E com determinação seguiremos até a superação de mais um desses momentos de retrocesso.

Como poderão ver no programa de Direitos Indígenas, Política Indigenista e Informação à Sociedade foram muitas as ações da OPAN em apoio e parceria aos povos indígenas para fortalecer sua presença política nos cenários regionais, nacionais e internacionais. Destacam-se a nova participação da OPAN no Conselho Gestor do Parque Nacional do Juruena; o acompanhamento e sensibilização do judiciário para fortalecer jurisprudência e direitos

indígenas; a participação, coorganização e apoio à presença indígena em eventos nacionais e internacionais como o Festival Juruena Vivo, em Juína, MT; a COP24 na Polônia; a oficina “Povos da Floresta: Conexões e Autodeterminação - Ferramentas Jurídicas e Tecnológicas para a Gestão Territorial na Amazônia”, em Belém (XVI Congresso da Sociedade Internacional de Etnobiologia), e em atuação similar em várias outras oportunidades.

Desenvolvemos também um trabalho de aprimoramento metodológico do monitoramento de processos autorizativos de empreendimentos hidrelétricos no Juruena; promovemos momentos de formação técnica e política visando a qualificação da atuação de comunidades e movimentos sociais, como a realização de uma oficina que discutiu a Política Nacional de Recursos Hídricos (PNRH), em parceria com o Fórum Nacional da Sociedade Civil nos Comitês de Bacia Hidrográfica (Fonasc-MT).

Além disso, desenvolvemos ações para o reconhecimento do patrimônio material e imaterial dos povos indígenas como estratégia de proteção territorial por meio da valorização desses conhecimentos, representações, práticas e lugares que cada coletivo indígena tem como parte integrante de sua cultura. Um de seus produtos, fruto de pesquisa participativa, é o livro “Paisagens Ancestrais do Juruena”, que congrega parte dos saberes dos povos indígenas e da iconografia dessas paisagens. Outra publicação, ainda dentro da temática do patrimônio, mas com vistas à geração de renda de forma sustentável, foi a

de um estudo sobre os potenciais etnoturísticos na Bacia do Juruena em parceria com a Conservação Estratégica (CSF). Esta publicação será importante para apoiar os povos da região no processo do planejamento do turismo.

Nos Programas Mato Grosso e Amazonas, aprofundamos nossa atuação junto com os povos indígenas e organizações parceiras na elaboração e implementação de Planos de Gestão Territoriais e Ambientais e em encontros e intercâmbios no campo da proteção territorial, soberania alimentar e geração de renda. Apoiamos e participamos do fortalecimento das organizações indígenas, hoje uma pauta central para a OPAN, no sentido de aumentar a capacidade de atuação dos povos indígenas para realizar projetos e avançar nas lutas por garantia de direitos.

O trabalho de fortalecimento das organizações indígenas vem se dando no plano local e regional, com associações de base (de vários povos) e federações, como a FEPOIMT (Federação das Organizações Indígenas do Mato Grosso) e a FOCIMP (Federação das Organizações e Comunidades Indígenas do Médio Rio Purus no Amazonas).

Por fim, vem sendo aprofundado o trabalho com as cadeias de valor da sociobiodiversidade, proteção territorial e fortalecimento das organizações indígenas e extrativistas em regiões de Bacia dos Rios Juruena e Araguaia (Mato Grosso) e dos Rios Madeira, Purus, Juruá e Solimões (Amazonas).

Além dos povos indígenas, a OPAN também tem apoiado ribeirinhos e comunitários no Mato Grosso através de sua articulação na Rede Juruena Vivo, e no Amazonas, a “Associação dos Comunitários que Trabalham com Desenvolvimento Sustentável” no Município de Jutai (ACJ), com ações para o fortalecimento institucional da Associação e a para a busca de novos mercados e arranjos comerciais da carne e da pele do pirarucu.

Esse é o panorama geral de trabalho da OPAN em 2018, apresentado em maiores detalhes nesse relatório.

Boa leitura!

Rinaldo S.V. Arruda
Presidente

PROGRAMA DE DIREITOS INDÍGENAS, POLÍTICA INDIGENISTA E INFORMAÇÃO À SOCIEDADE



Reunião do Conselho Gestor do Parque Nacional do Juruena. Foto: Arquivo/OPAN.

O agravamento do contexto político com retrocessos à implementação da política indigenista torna ainda mais importante o acompanhamento da sociedade civil sobre a saúde dos territórios e das comunidades. Em 2018, um bom exemplo desse trabalho se refletiu na parceria com diversas instituições atentas à necessidade de garantir, mesmo em condições desfavoráveis, o direito dos povos à terra.

Graças a esse esforço de monitoramento dos processos de reconhecimento territorial, em 2018 passamos a compor o Conselho Gestor do Parque Nacional do Juruena, no norte de Mato Grosso. Esta posição nos deu ferramentas mais amplas para facilitar o diálogo entre os Apiaká e o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), que estão implicados em uma situação de sobreposição do Parque Nacional do Juruena com a Terra Indígena Apiaká do Pontal e Isolados. Com a criação de uma câmara técnica para discutir e encaminhar propostas de resolução deste conflito, a OPAN se aproximou mais do povo Apiaká, tendo também participado de sua assembleia na aldeia Mairowy, no rio Teles Pires, e das articulações do

Ministério Público Federal (MPF) para o acompanhamento dos processos judiciais que tentam pressionar pela urgência no reconhecimento da tradicionalidade indígena naquele território.

É importante pontuar, ainda, que dois importantes julgamentos realizados no Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF-1), em Brasília, tiveram desfechos favoráveis aos povos Manoki e Myky (MT), que vêm lutando há décadas pelo direito de acessar seu território ancestral. Em função do contínuo trabalho de sensibilização do Judiciário a partir da sistematização das informações dos indígenas e dos incentivos à vigilância territorial, casos complexos começaram a ser solucionados nas cortes brasileiras.



Julgamento da situação fundiária das TIs Manoki e Myky. Foto: Arquivo/OPAN.

FORMAÇÃO QUALIFICADA

Como parte essencial do trabalho desenvolvido pela OPAN historicamente, promovemos momentos de formação técnica e política visando a qualificação da atuação de comunidades e movimentos sociais. Nesse ano, em particular, apoiamos, em parceria com o Fórum Nacional da Sociedade Civil nos Comitês de Bacia Hidrográfica (Fonasc-MT), a realização uma oficina que discutiu a Política Nacional de Recursos Hídricos (PNRH). O objetivo foi oferecer de forma didática informações sobre ferramentas de defesa das águas e garantias dos usos múltiplos dos rios, tal como previsto na legislação. Além de indígenas da sub-bacia do Juruena, foram convidados pescadores, indígenas e quilombolas de outras regiões, o que favoreceu a troca de experiências baseada em situações reais. Essa pluralidade foi uma constante em nossas ações de formação e de incidência política.

Do mesmo modo, diante da emergência da ampliação do conhecimento das comunidades sobre o processo de tomada de decisão quanto à instalação de empreendimentos de infraestrutura que impactam sobremaneira muitas comunidades, organizamos, em Cuiabá, a segunda oficina para discutir o planejamento do setor elétrico no Brasil. Entre os convidados, representantes das bacias do Juruena, Teles Pires e Alto Paraguai, fortemente afetados por empreendimentos hidrelétricos. O percurso temático incluiu as bases conceituais e regulatórias do sistema elétrico brasi-



Formação sobre setor elétrico.
Foto: Arquivo/OPAN.

leiro e a hidroeletricidade no contexto mato-grossense com foco em estudos de caso e nas instituições do setor elétrico. A ênfase foi sobre novas ferramentas de incidência que os movimentos e comunidades podem usar para defender seus direitos nesse contexto.

Em 2018, foram muitas as oportunidades em que povos indígenas e representantes de comunidades tradicionais tiveram apoio para incidirem politicamente em eventos de relevância regional, nacional e internacional. Destacaram-se o V Festival Juruena Vivo, o Seminário na Justiça Federal de Mato Grosso sobre o povo Tapayuna e audiência pública na Câmara dos Deputados para discussão sobre inviabilidade econômica, social e ambiental da usina hidrelétrica de Castanheira, projetada para o norte de Mato Grosso, entre outros.



Marta Tipuici falando durante a COP 24. Foto: Gustavo Silveira/OPAN.

INDÍGENAS DO JURUENA MARCAM PRESENÇA NA COP24

Marta Tipuici e Juarez Paimy, das etnias Manoki e Rikbaktsa, respectivamente, representaram os povos indígenas do noroeste de Mato Grosso na Conferência das Nações Unidas sobre Mudança Climática (COP24), realizada em dezembro de 2018 na cidade polonesa de Katowice.

Durante o evento, os indígenas conquistaram importantes momentos de fala e apresentaram o vídeo “Usinas do Juruena: energia insustentável”, produzido pela Rede Juruena Vivo. Foi possível também distribuir a segunda edição do livro “Mudanças climáticas e a percepção indígena” que consiste numa coletânea de textos de autoria indígena sobre como sentem as alterações no clima em suas vidas e suas culturas.

“Quando eu era criança, meu avô ainda pegava trairão na ponte do córrego São Domingos, que passa no meio da aldeia Cravari. Muitas pessoas pescavam ali, tiravam seus alimentos desse córrego. Hoje virou história”, escreve Tipuici em seu texto.

Juarez Paimy também relata que “o nível das secas e enchentes varia muito de um ano para outro. Até o calendário de conhecimento tradicional para pesca e para plantio de roça, tem sofrido mudanças muito significantes. Os mais experientes e anciões dizem que o calor está excessivo, a terra está ficando muito quente e pode queimar ou assar todas as sementes e as mudas de várias espécies que plantamos nas nossas roças tradicionais”.

FORTALECIMENTO DA REDE JURUENA VIVO



*Troca de experiências sobre comitês de bacia lota sala da UnB.
Foto: Andreia Fanzeres/OPAN.*

Convém salientar que, em todos esses eventos, a Rede Juruena Vivo se fez presente conduzindo sua própria representação com protagonismo, apresentando uma melhoria gradativa em sua organização, demonstrando estar cada vez mais fortalecida devido à capacidade de governança e de articulação regional, especialmente com o público de agricultores familiares e de assentamentos do Juruena. Entre as atividades mais relevantes, apontamos o encontro promovido através da parceria com o Fórum Teles Pires e o Fórum Mato-Grossense de Meio Ambiente e Desenvolvimento (Formad) para discussões sobre os espaços de participação social sobre o uso de recursos hídricos. A atividade teve lotação esgotada e acolheu debates sobre experiências positivas e desafios dos comitês de bacia.

Entre 1 a 4 de novembro de 2018 aconteceu, em Juína (MT), o V Festival Juruena Vivo reunindo aproximadamente 350 pessoas, entre assentados, indígenas e representantes da sociedade civil. A agenda do festival esteve voltada às discussões

sobre alternativas ao modelo de desenvolvimento e demandas da agricultura familiar e à situação das pressões dos projetos de infraestrutura, violação aos direitos das comunidades, bem como oportunidades de atuação junto ao poder público e outras articulações.

Outra ação que merece destaque foi a oficina “Povos da Floresta: Conexões e Autodeterminação. Ferramentas Jurídicas e Tecnológicas para a Gestão Territorial na Amazônia”, que aconteceu em Belém (PA) entre os dias 6 e 7 de agosto de 2018 no Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA/UFPA) dentro do XVI Congresso da Sociedade Internacional de Etnobiologia/Simpósio Brasileiro de Etnobiologia e Etnoecologia. A OPAN coorganizou e apoiou a participação de diversos povos indígenas neste evento, que foi uma grande oportunidade de articulação dentro do movimento indígena nacional e internacional para discutir gestão territorial, impactos de empreendimentos de infraestrutura, direito à consulta e consentimento livre, prévio e informado, entre outros temas.

PATRIMÔNIO CULTURAL

Ações para o reconhecimento do patrimônio material e imaterial dos povos indígenas compõem uma estratégia de proteção territorial efetivada por meio da valorização desses conhecimentos, representações, práticas e lugares que cada coletivo indígena tem como parte integrante de sua cultura.

Em outubro de 2018 foi realizada uma expedição com os povos Rikbaktsa, Apiaká, Kayabi e Munduruku, no percurso do baixo curso do rio Arinos e do rio dos Peixes, na sub-bacia do Juruena. Esta atividade possibilitou a descoberta de novos sítios arqueológicos, a lembrança de narrativas que descrevem a histórica relação dos povos Apiaká, Kayabi, Munduruku e Rikbaktsa com

o território percorrido e, por conseguinte, o empoderamento dos povos com relação a seus territórios, além de um registro fino e altamente representativo do conjunto de mudanças na paisagem, nas dinâmicas ecológicas e sociológicas que a ocupação do entorno trouxe para dentro das comunidades.

Com relação ao patrimônio imaterial dos povos do Juruena, empreendemos esforços com o objetivo de levantar informações que subsidiem o processo de patrimonialização do conhecimento tradicional indígena relacionado à pesca. Realizamos duas viagens de campo e expedições de pesca, quando foi possível entrevistar representantes dos povos Nambikwara, Paresi e Manoki. Eles são os que mais



Expedição do Rio Arinos.
Foto: Pablo Albarenga.



Pesca Nambikwara. Foto: Adriano Gambarini/OPAN.

praticam a modalidade de pesca por mascreamento nas corredeiras da região. Essa técnica de pesca corre grande perigo com relação a sua continuidade, pois é um saber que depende de rios livres e de águas cristalinas para ser praticado.

Ainda dentro da temática do patrimônio, mas com vistas à geração de renda de forma sustentável, firmamos uma parceria com a Conservação Estratégica (CSF) para a produção de um estudo sobre os potenciais etnoturísticos na bacia do Juruena. Esta publicação será importante para apoiar os povos da região no processo do planejamento do turismo na região.



EM BUSCA DE INFORMAÇÃO

Em 2018, demos continuidade ao importante trabalho de aprimoramento metodológico do monitoramento de processos autorizativos de empreendimentos hidrelétricos no Juruena. Estabelecemos uma rotina de sistematização de dados públicos e também aqueles trazidos por meio da participação direta das comunidades, que compuseram o cenário dos empreendimentos planejados, em construção e em operação. O trabalho contemplou, também, a localização, a dimensão e o status dos empreendimentos identificados. Além disso, foram levantadas informações sobre o progresso nas solicitações de concessões e/ou licenciamento, o que faz deste um banco de dados muito relevante.

Apesar dos resultados alcançados, ainda é significativa a incerteza quanto ao status dos empreendimentos monitorados, pela falta de informação precisa e completa obtida publicamente. No caso das usinas do Juruena, que em maioria são de pequeno porte, observamos que, quanto menores, mais difícil é a obtenção de notícias claras sobre elas, uma vez que a legislação é muito mais permissiva nesses casos. É como se cada uma delas tivesse implicações insignificantes ao meio ambiente e, pior, a sequência delas também. No Juruena, por se tratar de uma sub-bacia com rios relativamente estreitos e caudalosos, dois terços dos empreendimentos são micro ou pequenas usinas, e um terço grandes hidrelétricas. O conjunto soma cerca de 10 mil MW de potência – praticamente uma Belo Monte!

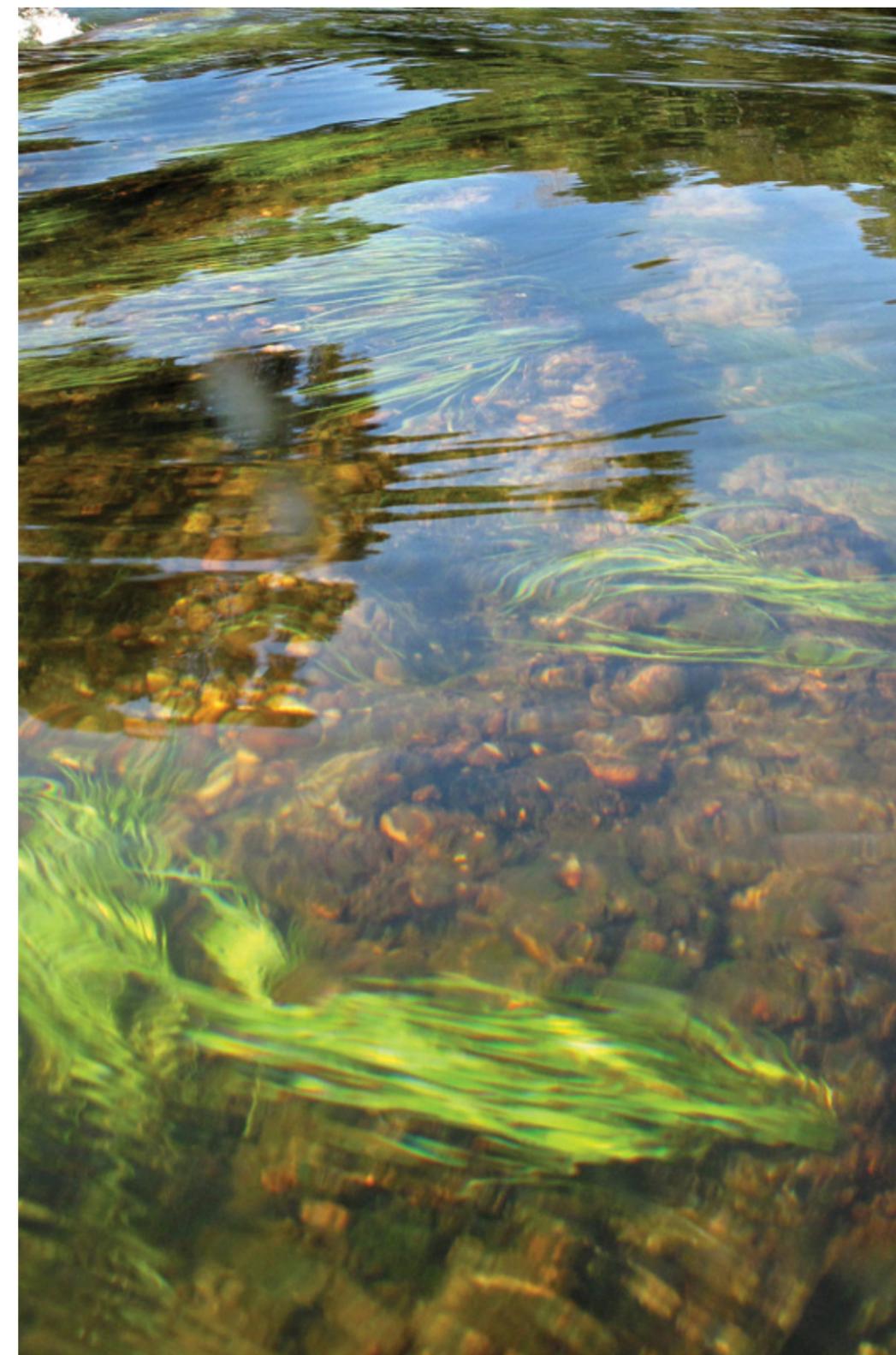


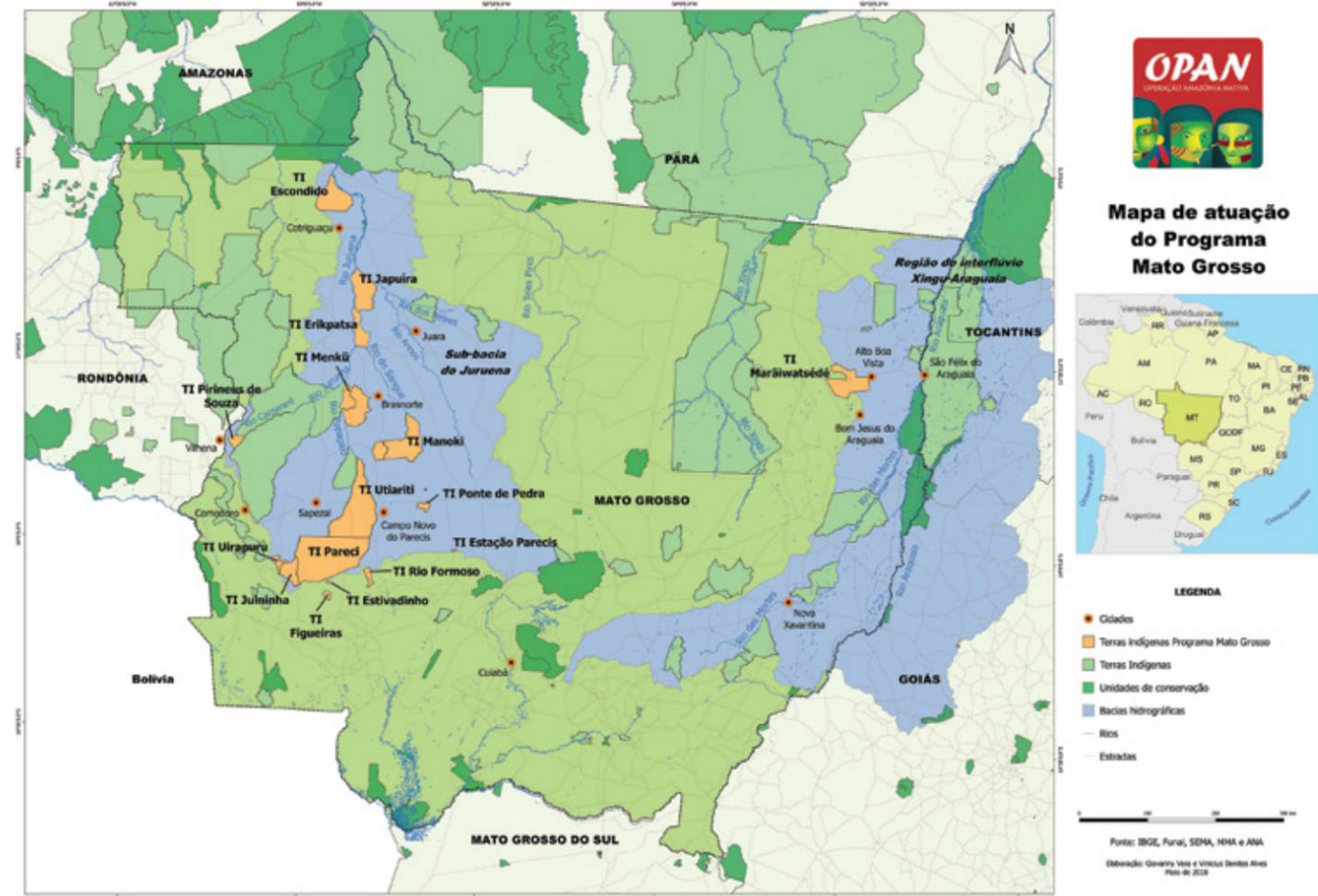
Foto: Adriano Gambarini/OPAN.

PROGRAMA MATO GROSSO



Expedição Rikbaktsa. Foto: Arquivo/OPAN.

Também na bacia do rio Juruena, o Programa Mato Grosso atua junto aos povos Manoki, Myky, Nambikwara, Paresi e Rikbaktsa, com os quais a OPAN tem uma relação histórica, desde sua fundação. Do outro lado do estado, no interflúvio dos rios Xingu e Araguaia, apoiamos o povo Xavante da Terra Indígena (TI) Marãiwatsédé há uma década, contribuindo para sua soberania alimentar e a garantia da terra. Em consonância com a Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI), são realizadas com estes povos



Mapa de atuação do Programa Mato Grosso.

ações voltadas à proteção territorial, iniciativas de manejo sustentável de produtos agroflorestais, fortalecimento das identidades coletivas e à participação dos jovens nos processos de gestão territorial e ambiental.

Além de um trabalho continuado de formação com a Rede Juruena Vivo, temos contabilizado resultados expressivos na Articulação Xingu Araguaia (AXA), com o desenvolvimento de ações com foco no movimento de defesa da sociobiodiversidade, envolvendo produção de alimentos saudáveis, óleos medicinais, artesanatos e sementes.

A parceria com os povos em Mato Grosso tem potencializado os modelos de gestão dos indígenas em ambientes de Cerrado e floresta amazônica, fortalecendo o uso sustentável de recursos naturais e agricultura e promovendo a conservação das águas. Em Mato Grosso, ocupando 15% do território, as terras indígenas contribuem para um quarto da área conservada no estado. As TIs Manoki, Myky, Pirineus de Souza, Erikpatsa, Escondido, Japuira, além de nove terras do povo Paresi e da TI Marãiwatsédé favorecem a proteção e a recuperação de uma área de dois milhões de hectares ao tempo que garante a qualidade de vida dos povos que ali habitam.

ACORDOS COLETIVOS NOS PLANOS DE GESTÃO TERRITORIAL



Expedição Rikbaktsa. Foto: Arquivo/OPAN.

O povo indígena Rikbaktsa das Terras Indígenas Japuira e Erikpatsa iniciou em 2018 a elaboração de seu Plano de Gestão Territorial e Ambiental (PGTA) para consolidação de acordos sobre o uso dos recursos e estratégias voltadas à melhoria de qualidade de vida nas aldeias. No mapeamento participativo, uma das mais importantes ferramentas do plano de gestão, os Rikbaktsa colocaram no papel seu conhecimento espacial e ambiental, seus interesses e a compreensão que têm sobre o território. Os mapas localizaram as áreas mais relevantes para uso cultural, a distribuição dos recursos naturais mais importantes e a identificação de ameaças e impactos ambientais. Mapas



Oficina de etnomapeamento na Aldeia Primavera, TI Erikpatsa. Foto: Lívia Alcântara/OPAN.

mentais das terras nortearão os próximos passos do etnomapeamento, servindo como base primária de dados a serem georeferenciados. A partir deste trabalho, iniciou-se com os indígenas uma avaliação ecológica, com levantamento da biodiversidade das terras, visando fomentar discussões sobre o manejo sustentável desses recursos.

No processo de reflexões sobre o plano de gestão, também apoiou-se os Rikbaktsa nas expedições pelos rios Arinos e Juruena, momento em que identificaram melhor o potencial de recursos florestais não madeireiros como castanha, seringa e outros e



Edna Paresi durante a validação do plano de gestão. Foto: Arquivo/OPAN.

monitoraram os limites demarcatórios das terras. As expedições foram uma oportunidade ainda para os Rikbaktsa visitarem locais de relevância histórica e cultural de seu povo.

Em 2018, mais de 60 indígenas Haliti Paresi se reuniram na aldeia Bacaval, na Terra Indígena Utiariti, para validar a versão final do plano de gestão territorial, que abrange nove terras indígenas: Estação Parecis, Estivadinho, Figueiras, Juininha, Pareci, Ponte de Pedra, Rio Formoso, Uirapuru e Utiariti, com um território de 1.120.000 hectares, 61 aldeias e cerca de 2.400 habitantes.



Reunião de validação do plano de gestão Paresi. Foto: Arquivo/OPAN.

Este importante instrumento de gestão, que inclui o etnozonoamento das terras Paresi, irá possibilitar o planejamento de ações de valorização do patrimônio material e imaterial indígena, subsidiar os projetos de geração de renda, como o etnoturismo, piscicultura e agricultura mecanizada e tradicional, além de orientar as ações de saúde e educação nas aldeias e a formação de jovens, lideranças e gestores das associações.

IMPLEMENTAÇÃO DOS PLANOS DE GESTÃO: PROTEÇÃO TERRITORIAL, SOBERANIA ALIMENTAR E GERAÇÃO DE RENDA

Com o plano de gestão territorial publicado desde 2012 e o atual desafio de contenção das invasões, os Manoki estão aprimorando as ações de vigilância. Além de registros e relatórios qualificados sobre as ocorrências, passaram a contar também com uma central de vigilância que está em construção, com instalação e reativação de equipamentos como radiofonia para comunicação entre as aldeias e com parceiros.

Contando cada vez mais com a participação dos jovens, o que é considerado por eles um grande avanço pela apropriação sobre o território e o conhecimento que estão adquirindo com os mais antigos, os Manoki realizaram em 2018 grandes expedições de vigilância territorial. Tiveram formações temáticas sobre uso do GPS e técnicas de mapeamento territorial, realizadas a partir de dinâmicas para melhor compreensão dos conceitos cartográficos de coordenadas geográficas, além de uso de softwares de mapas e de georreferenciamento.



Curso de formação para uso de GPS e elaboração de mapas na aldeia Cravari. Foto: Arquivo/OPAN.



Instalação das placas solares para radiofonia na aldeia Cravari, do povo Manoki. Foto: Arquivo OPAN.



A Rede Juruena Vivo, criada em 2014, é um coletivo regional que agrega indígenas, agricultores, pescadores, extrativistas e interessados em debater formas alternativas ao desenvolvimento regional da agropecuária extensiva e da exploração de madeira. Em cinco anos de atividade, a rede avançou como protagonista no cenário regional.

O processo de fortalecimento da Rede Juruena Vivo possui intrínseca relação com as oficinas em comunicação de base comunitária, dentro de uma perspectiva mais ampla de apoio aos grupos da rede em seu processo de governança e autonomia.

Realizadas em cada um dos núcleos da rede, as oficinas têm como objetivo o fomento à capacidade de comunicação entre a rede e públicos externos via redes sociais, produtos audiovisuais e comunicação impressa. A primeira formação em redes sociais possibilitou a produção de campanhas digitais. Durante o Festival Juruena Vivo os participantes já colocaram em prática os conhecimentos de comunicação com a cobertura coletiva e em tempo real do evento.

Acesse:

- www.facebook.com/redejruenavivo
- www.redejruenavivo.com/
- www.twitter.com/redejruena



Oficinas de comunicação no Festival Juruena Vivo.
Foto: Arquivo/OPAN.



Campanhas de comunicação a partir das oficinas com a Rede Juruena Vivo.

CONHEÇA O LIVRO “PAISAGENS ANCESTRAIS DO JURUENA”



“Paisagens ancestrais do Juruena” versão em inglês. Foto: Ana Caroline de Lima/OPAN.

Fruto de uma pesquisa de campo participativa, o livro “Paisagens ancestrais do Juruena” congrega parte dos saberes dos povos indígenas e da iconografia dessas paisagens, por meio de uma abordagem didática, informativa e visual. Dividido em duas partes, trata desta memória ancestral responsável pela ligação entre os povos indígenas e seus territórios e descreve em detalhes as referências socioculturais que estes estabelecem com cinco importantes saltos da região, todos estes ameaçados pela implementação de usinas hidrelétricas.

SEGURANÇA E SOBERANIA ALIMENTAR: ARRANJOS PRODUTIVOS

Pressionada pelo modelo da monocultura de grande escala, a qualidade da alimentação é um desafio constante nas terras indígenas de Mato Grosso. Por isso, o Programa Mato Grosso tem se dedicado a estratégias que levem ao aumento da segurança alimentar e a conservação da diversidade genética nas aldeias, além de viabilizar uma melhor e mais justa comercialização de produtos da agricultura familiar e indígena.

Nesse sentido, apoiamos a ampliação do plantio de roças e quintais nas terras indígenas Manoki, Pirineus de Souza, Myky e Marãiwatsédsé, somando 198 hectares plantados em 2018. Na TI Pirineus de Souza houve destaque para a implementação de uma unidade demonstrativa com o plantio da banana irrigada como parte das orientações do Plano de Negócios elaborado no final de 2017.

Na TI Pirineus de Souza a unidade demonstrativa irrigada agroflorestal corresponde a dois hectares com 500 mudas de banana da terra, prata e ourinho, dois mil metros quadrados de rama de batata e quatro mil berços de rama de macaxeira e mandioca. As bananas são comercializadas principalmente para Vilhena (RO) e seu menor preço foi em média R\$ 30,00 a caixa em 2018 – período em que, devido às chuvas e maior oferta do produto, há uma queda no preço. No quadro (p. 28), seguem os dados detalhados da produção da TI Pirineus de Souza.



Banana de Pirineus de Souza. Foto: Henrique Santian/OPAN.

Aldeias	Produção (01 caixa = 22 kg)	Valores (média por caixa/R\$ 30,00)
Aldeia Iquê	189 caixas de banana (diversas variedades)	R\$ 5.670,00
Aldeia Aroeira central	32 caixas de banana (diversas variedades)	R\$ 960,00
Aldeia Bacurizal	67 caixas de banana (diversas variedades)	R\$ 2.010,00
Aldeia Tawandê	157 caixas de banana (diversas variedades)	R\$ 4.710,00
Aldeia Assarizal	210 caixas de banana (diversas variedades)	R\$ 6.300,00
Total:	655 caixas/ 14.410 toneladas	R\$ 19.650,00

Na TI Myky houve plantios de mudas em 18 roçados familiares e dois comunitários com variedades de mandioca, algodão, milho fofo, batata, feijão costela, fava, cará, abóbora, melancia, abacaxi e outros. Perto dali os Manoki fizeram o plantio de variedades de mandioca em 36 áreas familiares. Eles também trabalharam, como vêm fazendo há anos, com a coleta de pequi para comercialização.



Plantio de banana, batata e mandioca em Pirineus de Souza. Foto: Arquivo/OPAN.

Roça Myky.
Foto: Arquivo/OPAN.



Ritual Myky de preparação de alimentos. Foto: Arquivo/OPAN.



Pequi do povo Manoki.
Foto: Arquivo/OPAN.



SEMINÁRIO SOBRE GESTÃO TERRITORIAL E JUVENTUDE INDÍGENA NA BACIA DO JURUENA

A realização do seminário de jovens indígenas dos povos Manoki, Myky e Nambikwara para a gestão territorial encerrou um ciclo de formações de quatro anos e contribuiu significativamente para a aproximação comunitária intergeracional, para apropriação em gestão territorial dos jovens e a ampliação do olhar dos indígenas para as relações interculturais, seja com outros grupos étnicos ou com a sociedade envolvente. A programação valorizou a experiência indígena em suas relações com a sociedade do entorno com abordagens a partir de seus olhares, demandas e desafios. Houve também oficinas de artesanato, contação de histórias, apresentações culturais, etnocinema e pajelança. O conjunto das atividades contribuiu para as reflexões futuras e projetos voltados à sustentabilidade de seus territórios.

As oficinas de artesanato contaram com mais de 30 artesãos das três etnias que se dispuseram a ensinar e repassar o conhecimento às novas gerações. Como resultado houve uma grande produção de redes, arcos e flechas, cestarias, brincos, colares, cocares, tiaras, saias de buriti, anéis, colares, chocalho,

pinturas, além de mais dois momentos específicos voltados à língua materna Myky e ao calendário tradicional Manoki.

A contação de histórias tradicionais reuniu mais uma vez as novas e velhas gerações e se configurou em um momento de trocas, repasses e descobertas para a cultura imaterial desses povos que perduram há séculos.

A comissão de comunicação indígena teve um importante papel de registrar com câmeras fotográficas e filmadoras os momentos mais marcantes do evento. Neste sentido, os jovens indígenas com o auxílio de mediadores da Revista Vai da Pé puderam registrar seus olhares e suas perspectivas



*Seminário de jovens na aldeia Cravari.
Foto: Arquivo/OPAN.*



Apresentação cultural no seminário de jovens na aldeia Cravari. Foto: Arquivo/OPAN.

e apresentar os resultados nas sessões de etnocinema. Como resultado foram produzidos três vídeos sobre o processo de formação em gestão territorial: um de caráter institucional; outro produzido pelo youtuber Xavante Cristian W'ariu; outro produzido pela Revista Vai da Pé, com o olhar e as avaliações deste processo na ótica indígena e indigenista. Além disso, três reportagens jornalísticas com depoimentos indígenas foram publicadas pela Revista Vai da Pé.

MARÃIWATSÉDÉ FORTALECIDA PELA DIVERSIFICAÇÃO DE ROÇADOS, COLETA DE SEMENTES E VIGILÂNCIA TERRITORIAL



TI Marãiwatsédé se recuperando do desmatamento causado por não indígenas. Foto: Arquivo/OPAN.

A partir de imagens geradas com drone para análises do sistema de roças, é possível constatar que o processo de restauração da TI Marãiwatsédé é bem exitoso nas áreas dos quintais, principalmente na aldeia mais antiga, Marãiwatsédé. Uma das metodologias de plantio é o cultivo de milho, mandioca e abóbora junto com as árvores frutíferas.

Um dos principais trabalhos para a recuperação da TI Marãiwatsédé vem sendo feito pelas coletoras de sementes junto à Associação Rede de Sementes do Xingu (ARSX) desde 2011. A participação do grupo de coletoras em encontros e intercâmbios da rede é de grande relevância, pois traz diferentes perspectivas do que acontece no entorno e observam como outros coletores atuam. Além da geração de renda, a atividade oportuniza um encontro mais amplo para as mulheres, onde ocorre troca de saberes entre as jovens e as anciãs.

Em 2018, as mulheres Xavante entregaram 759 quilos de sementes para a ARSX. Esta é considerada uma quantidade alta, apesar de ter faltado o buriti por conta das queimadas que ocorreram durante o ano. Como necessidades e perspectivas futuras estão a realização de oficinas de matemática para fortalecer anotação de dados de coleta e pesagem, baseada na forma de contagem tradicional do povo Xavante, na compreensão da escrita, da pronúncia e o entendimento do sistema de medida relacionado ao manuseio das balanças, além do mapeamento de novas áreas de coleta.

Soma-se ao trabalho dos roçados e da coleta de sementes, maior frequência de ações de vigilância territorial em Marãiwatsédé, onde, assim como na TI Manoki, está em construção uma central com equipamentos para vigilância. A proteção da terra está fortalecida ainda pela construção de novas aldeias em diferentes pontos do território.

Apesar de todo o esforço, ainda há conflitos em Marãiwatsédé, onde políticos locais insistem nas ameaças de invasão. Os riscos não chegam só por terra, mas também por ar, com o despejo de agrotóxicos por pulverização aérea na terra Xavante.



Milho Xavante. Foto: Arquivo/OPAN.



Mudas para quintais de Marãiwatsédé. Foto: Arquivo/OPAN.

AÇÕES DA ARTICULAÇÃO XINGU ARAGUAIA – AXA



Valorização do Cerrado pela Articulação
Xingu Araguaia.

A Articulação Xingu-Araguaia, rede que reúne a Associação Rede de Sementes do Xingu (ARSX), a Comissão Pastoral da Terra (CPT), Associação de Educação e Assistência Social Nossa Senhora da Assunção (ANSA), Instituto Socioambiental (ISA) e Operação Amazônia Nativa (OPAN), obteve êxito nas ações realizadas com o projeto “Mobilizando o Araguaia Xingu a favor da soberania alimentar e contra as mudanças climáticas”, que trabalhou com os indígenas Xavante de Maráiwatsédé e Karajá, agricultores familiares, assentados, associações de mulheres e jovens da região.

Em 2018 a AXA se destacou no cenário regional com uma frequência de atividades presenciais nas comunidades: rodas de conversa, elaboração de materiais e realização de módulos formativos sobre mudança climática, economia e políticas públicas, com destaque para o curso em parceria com a Universidade Federal Fluminense que deslocou professores do grupo de extensão “Filosofia no meio popular”. Tivemos também a articulação com a sociedade civil no município de São Félix do Araguaia para a participação nas novas eleições do Conselho Municipal de Meio Ambiente. Foi relevante, ainda, a



Encontro de coletores indígenas da Rede de
Sementes do Xingu. Foto: Arquivo/AXA.

participação da AXA na Feira de Economia Solidária de Querência, na Mostra Socioambiental de São Félix do Araguaia e a participação da III Mostra de Ciência, Tecnologia, Sociedade e Ambiente e da I Feira Regional de Economia Solidária e Agricultura Familiar no município de Confresa.

No campo da comunicação, a AXA tem construído uma teia social a partir da visibilidade dos grupos e da mobilização pela campanha “Nós somos terra”, com a elaboração de seis mini vídeos de atores sociais locais abordando temas da sociobiodiversi-

dade. Os fragmentos serão reunidos em documentário a ser apresentado no Mostra Socioambiental de São Félix do Araguaia de 2019, junto ao lançamento da campanha. Outra estratégia é a elaboração de áudios com o conteúdo das matérias escritas, a serem veiculadas em rádios locais, oportunizando acesso à informação para um público maior, com potencial de ampliação também pelo fortalecimento das redes sociais e blog da AXA.

APOIO INSTITUCIONAL AO FORTALECIMENTO DAS ORGANIZAÇÕES INDÍGENAS



4º Módulo do Curso Formação em Elaboração e Gestão de Projetos.
Foto: Vinicius Benites Alves/OPAN.

Historicamente atuante pelo fortalecimento da organização dos povos indígenas, hoje em dia a OPAN apoia diretamente associações indígenas não apenas nas suas formas tradicionais de se organizar, mas também na gestão e governança das suas organizações. São comuns a diversos povos as dificuldades em relação a procedimentos burocráticos dos não indígenas, como a elaboração de documentos e processos de prestação de contas, sendo o apoio a este campo, um dos mais reivindicados e bem-vindos.

Em 2018, trabalhamos em Mato Grosso com cinco organizações indígenas. A Federação dos Povos Indígenas de Mato Grosso (Fepoint),

que reúne outras 39 organizações; a Organização de Mulheres Indígenas Takiná, representando oficialmente as mulheres indígenas do estado; a Associação Indígena Kolimace, da Terra Indígena Pirineus de Souza; a Associação Indígena das Mulheres Rikbaktsa (Aimurik), do povo Rikbaktsa e o Instituto Krehawa (Inkre), representando o povo Karajá na região nordeste de Mato Grosso.

A partir das formações sobre associativismo todas as organizações acima fortaleceram seus diálogos internos com as bases e entre elas e, dessa forma, aumentaram sua capacidade de atuação para realizar projetos e avançar nas lutas por garantia de direitos. Foram destaques no trabalho a regularização da Takiná, o apoio a encontros e assembleias,



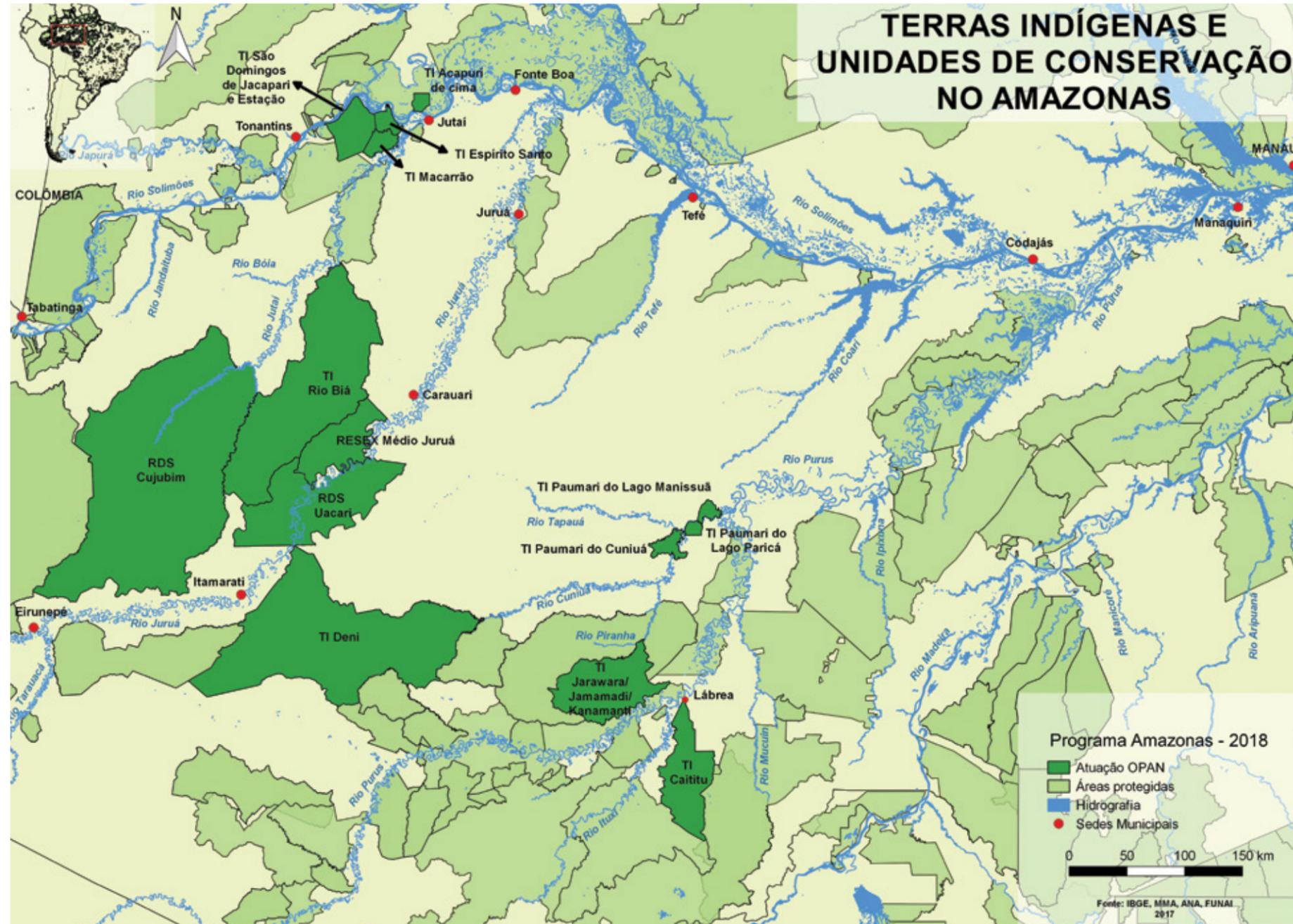
2º Módulo de formação em elaboração e gestão de projetos. Arquivo/OPAN.

e a elaboração de projetos nas áreas de cultura e comunicação, geração de renda, cadeias de valor da sociobiodiversidade e agricultura, por parte dos membros das associações.

Considerando o acerto do projeto e a necessidade de aprofundar alguns temas, buscou-se dar continuidade do trabalho, que abrange oficinas de governança participativa e gestão, apoio à elaboração e execução de projetos, às assembleias e realização de atividades de campo para acompa-

nhamento *in loco* de rotinas e processos de regularização das associações. Concomitante aos trabalhos realizados em Mato Grosso com Amurik, Kolimace, Takiná e Fepoint, serão apoiados também trabalhos com organizações do Amazonas: a Associação do Povo Deni do rio Xerua (Aspodex), associação do povo Paumari do rio Tapauá (em fase de criação), além da Associação dos Produtores Indígenas da Terra Indígena Caititu (APITC).

PROGRAMA AMAZONAS



Em 2018, foram significativas as contribuições do Programa Amazonas junto a populações com quem atua historicamente nas regiões sul e sudoeste do estado, favorecendo incrementos à gestão territorial em 6,6 milhões de hectares de áreas protegidas.

Apoiamos o trabalho com as cadeias de valor da sociobiodiversidade, proteção territorial e fortalecimento das organizações indígenas e extrativistas em regiões de quatro importantes afluentes da Amazônia: rios Madeira, Purus, Juruá e Solimões, envolvendo os povos Jamamadi, Apurinã e Paumari (Purus), Tenharim, Parintintin, Jiahui (Madeira), Deni e comunidades extrativistas (Juruá) e Katukina, Kambeba, Kokama e Tikuna, além da população local de Jutai (Solimões).

Mapa de atuação do Programa Amazonas.

APOIO ÀS ORGANIZAÇÕES

Na região dos rios Purus e do Madeira, os Tenharim, Parintintim, Jiahui, Paumari, Jamamadi, Apurinã, entre outros, tiveram apoio para execução de 17 pequenos projetos no valor de R\$ 10 mil para realização de festas tradicionais, plantio de hortas, produção de farinha, coleta de castanha e desenvolvimento de unidades de sistemas agroflorestais. A iniciativa foi importante pela experiência prática na elaboração de projetos desde o momento do lançamento do edital até a etapa final de elaboração de relatório do trabalho.

Além desses pequenos projetos, foram apoiadas, em parceria entre OPAN e Instituto Internacional de Educação do Brasil (IEB), a gestão e atividades de outras sete organizações*. Destaca-se a assembleia da Federação das Organizações e Comunidades Indígenas do Médio Rio Purus (Focimp), em Pauini, que reuniu mais de 600 indígenas dos povos Apurinã, Banawá, Baniwa, Baré, Deni, Jamamadi, Jarawara, Kambeba, Kamadeni, Karipuna, Katukina, Kokama, Krenak, Manchinery, Mamori, Munduruku, Mura, Parintintim, Paumari, Sateré-Mawé, Tatuyo e Tikuna.



Assembleia da Focimp. Foto: Arquivo Focimp.

* Organização dos Povos Indígenas Apurinã e Jamamadi de Boca do Acre, Amazonas (Opijbam), a Organização dos Povos Indígenas Apurinã e Jamamadi (Opij), Federação das Organizações e Comunidades Indígenas do Médio Rio Purus (Focimp), na bacia do rio Purus; Associação dos Povos Indígenas Jiahui (Apj), Associação do Povo Indígena Tenharim do Marmelos (Apitem), Associação do Povo Indígena Tenharim do Igarapé Preto (Apitipre), Organização dos Povos Indígenas Parintintim (Opipam).



Farinha Jamamadi. Foto: Adriano Gambarini/OPAN.

NO SUL DO AMAZONAS, CADEIAS DE VALOR DA SOCIO- BIODIVERSIDADE

Enquanto a fronteira agrícola avança pela região sul do Amazonas, fortalecem-se também práticas de gestão territorial voltadas à conservação dos recursos naturais e à melhora na qualidade de vida associada às cadeias de valor da sociobiodiversidade.

Nessa região, na bacia do rio Purus, o povo Jamamadi da Terra Indígena Jarawara/Jamamadi/Kanamanti trabalha com a extração de copaíba e obteve avanços no monitoramento da produção. Locais de extração do óleo foram registrados e em 2018 eles coletaram mais de uma tonelada do produto. Realizando boas práticas extrativistas e fornecendo copaíba de qualidade, filtrada, sem



resíduos, hoje recebem um valor melhor pelo litro do óleo. As possibilidades de comercialização também são promissoras por conta de um arranjo realizado junto com a Associação dos Produtores Agroextrativistas da Colônia do Sardinha (Aspacs) e uma empresa de cosméticos reconhecida pela sua responsabilidade social com os produtores. Além da copaíba, os Jamamadi estão realizando atividades para o aprimoramento da farinha de mandioca.

Próximo ao centro urbano de Lábrea está localizada a Terra Indígena Caititu, que está recuperando áreas degradadas com o plantio de unidades de sistemas agroflorestais. Alimentos como biribá,

piquiá, abacaxi, caju, limão, macaxeira, milho, manga e muitos outros estão reduzindo a dependência do mercado e garantindo saúde no consumo do povo Apurinã. Este ano, eles puderam aprimorar o trabalho a partir de cursos e intercâmbios com algumas das principais referências no assunto. Participaram, junto com indígenas Ashaninka, do Acre, de uma oficina ministrada pelo professor de agronomia Sebastião Pinheiro. Também tiveram uma importante experiência de intercâmbio na fazenda Ouro Fino, uma agrofloresta que existe há 25 anos em Jaguaquara, na Bahia, onde foi realizado um curso com o proprietário e idealizador da fazenda, Henrique Souza.



Produtos dos SAFs Apurinã. Foto: Dafne Spolti/OPAN.

Além dos Sistemas Agroflorestais (SAFs), os Apurinã da TI Caititu fazem a coleta de castanha-do-Brasil. Para melhorar as condições comerciais, incluindo o planejamento das coletas, está se formando um arranjo local e um fundo para subsidiar o trabalho das safras seguintes, a partir da Associação dos Produtores Indígenas da Terra Caititu (APITC), com apoio da OPAN, do IEB e da Fundação Nacional do Índio (Funai). Foi elaborado um regimento interno e a associação irá coordenar, em contato com os produtores e parceiros, a gestão financeira da coleta de castanha.



Flutuante Paumari baixando o rio na pesca de 2018.
Foto: Dafne Spolti/OPAN.

POVO PAUMARI AMPLIA MANEJO DE PIRARUCU EM QUALIDADE E QUANTIDADE

O povo indígena Paumari do rio Tapauá, referência no manejo de pirarucu, realizou em 2018 sua sexta e maior pesca, totalizando a captura de 502 peixes e 30 toneladas pré-beneficiadas** em um novo flutuante, construído em conformidade com orientações da Agência de Defesa Agropecuária e Floresta do Estado do Amazonas (Adaf). Comercializado para a Associação dos Produtores Rurais de Carauari (Asproc), organização comunitária que está

** No pré-beneficiamento o pirarucu é eviscerado e lavado com água clorada, antes de ir inteiro para o gelo, no formato conhecido como "charuto". Quando o peixe passa por este tratamento também são anotadas as informações como estágio gonadal, que indica o sexo e a maturidade do peixe para procriação, peso e tamanho.



Pesca manejada dos Paumari em 2018.
Fotos: Dafne Spolti/OPAN.

à frente das discussões sobre o arranjo comercial do pirarucu, conseguiram receber um preço melhor pelo pescado. Além disso, foi considerado um avanço durante a pesca a participação das mulheres e da juventude em diferentes etapas do trabalho.

Uma das principais ações para o manejo de pirarucu é a vigilância territorial. Cada vez mais todo o povo Paumari do Tapauá se envolve com este trabalho, realizado a partir de revezamentos entre as pessoas e famílias em flutuantes dispostos estrategicamente nos pontos vulneráveis a invasões. Apesar de um sistema qualificado na vigilância, os Paumari buscam fortalecer ainda mais a atividade. A instalação de linha telefônica e de pontos de internet para que possam acionar órgãos fiscalizadores quando ocorrerem invasões é uma das principais questões a serem melhoradas.



POVO DENI E OS MORADORES EXTRATIVISTAS DO JURUÁ: GESTÃO FORTALECIDA EM NÍVEL TERRITORIAL POR MEIO DAS CADEIAS DE VALOR DA SOCIOBIODIVERSIDADE

Para saber melhor sobre o manejo dos Paumari leia a publicação “A experiência de gestão territorial e manejo pesqueiro nas terras indígenas Paumari do rio Tapauá” e assista aos vídeos “Paumari – o povo da água” e “O manejo de pirarucu do povo Paumari”, disponíveis no site da OPAN.



A região do Médio rio Juruá já pôde pré-beneficiar, armazenar e transportar o pirarucu manejado por conta própria em 2018, economizando entre R\$ 60 e 80 mil que podem custar o aluguel de barco para uma temporada de pesca. Com recursos do Fundo Amazônia/BNDES, a partir de projetos da OPAN e da Fundação Amazonas Sustentável (FAS) junto a organizações do Território Médio Juruá, os manejadores conquistaram um barco*** estruturado de acordo com orientações da Agência de Defesa Agropecuária e Floresta do Estado do Amazonas (ADAF). Sob responsabilidade da Associação dos Moradores da Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) Uacari (Amaru), ele já carregou, em sua inauguração, o pescado das comunidades extrativistas da região e do povo Deni do rio Xerua, que fez sua segunda pesca no ano de 2018, de 70 peixes.

O barco materializa a articulação entre os Deni e os moradores extrativistas que trabalham de forma mais próxima há cerca de quatro anos, a partir do manejo de pirarucu e da coleta de andiroba, atividades que estão iniciando na Terra Indígena Deni. Tanto os moradores da RDS Uacari quanto da Reserva Extrativista (Resex) Médio Juruá realizam as atividades produtivas sustentáveis associadas à vigilância territorial, protegendo juntos uma extensão territorial de aproximadamente 2,4 milhões de hectares.

A partir das articulações realizadas no âmbito do Território Médio Juruá, em 2018 a Associação do Povo Deni do Rio Xerua (Aspodex) submeteu uma proposta para o Fundo de Repartição de Benefícios



*Barco da Amaru nas águas do rio Juruá.
Foto: Dafne Spolti/OPAN.*

do Médio Juruá, que gere os recursos oriundos do acesso ao patrimônio genético na região, conforme a lei nº 13123/2015. Este será o primeiro projeto administrado diretamente pela associação indígena. Ele contempla ações voltadas ao fortalecimento da própria associação e à participação de todas as aldeias nas decisões coletivas do povo.

*** Participaram da organização para construção do barco Amaru I as seguintes organizações: Associação dos Moradores da RDS Uacari (Amaru), Associação dos Produtores Rurais de Carauari (Asproc), Associação do Povo Deni do rio Xerua (Aspodex), Fundação Amazonas Sustentável (FAS), Memorial Chico Mendes, o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), Secretaria do Estado do Meio Ambiente (SEMA), Operação Amazônia Nativa (OPAN).



*Deni durante pesca manejada.
Foto: Renato Rodrigues Rocha/OPAN.*

SOLIMÕES, CENÁRIOS E POSSIBILIDADES PARA A ECONOMIA LOCAL

Na região do Médio rio Solimões, no município de Jutai, que concentra inúmeras atividades econômicas e baixa presença efetiva do poder público, os comunitários vêm contando com sua própria energia de trabalho e de parceiros. Em 2018, a OPAN deu continuidade de apoio ao manejo de pirarucu junto à Associação dos Comunitários Que Trabalham com Desenvolvimento Sustentável no Município de Jutai (ACJ), com ações para o fortalecimento institucional da associação e a para a busca de novos mercados e arranjos comerciais da carne e da pele do pirarucu.

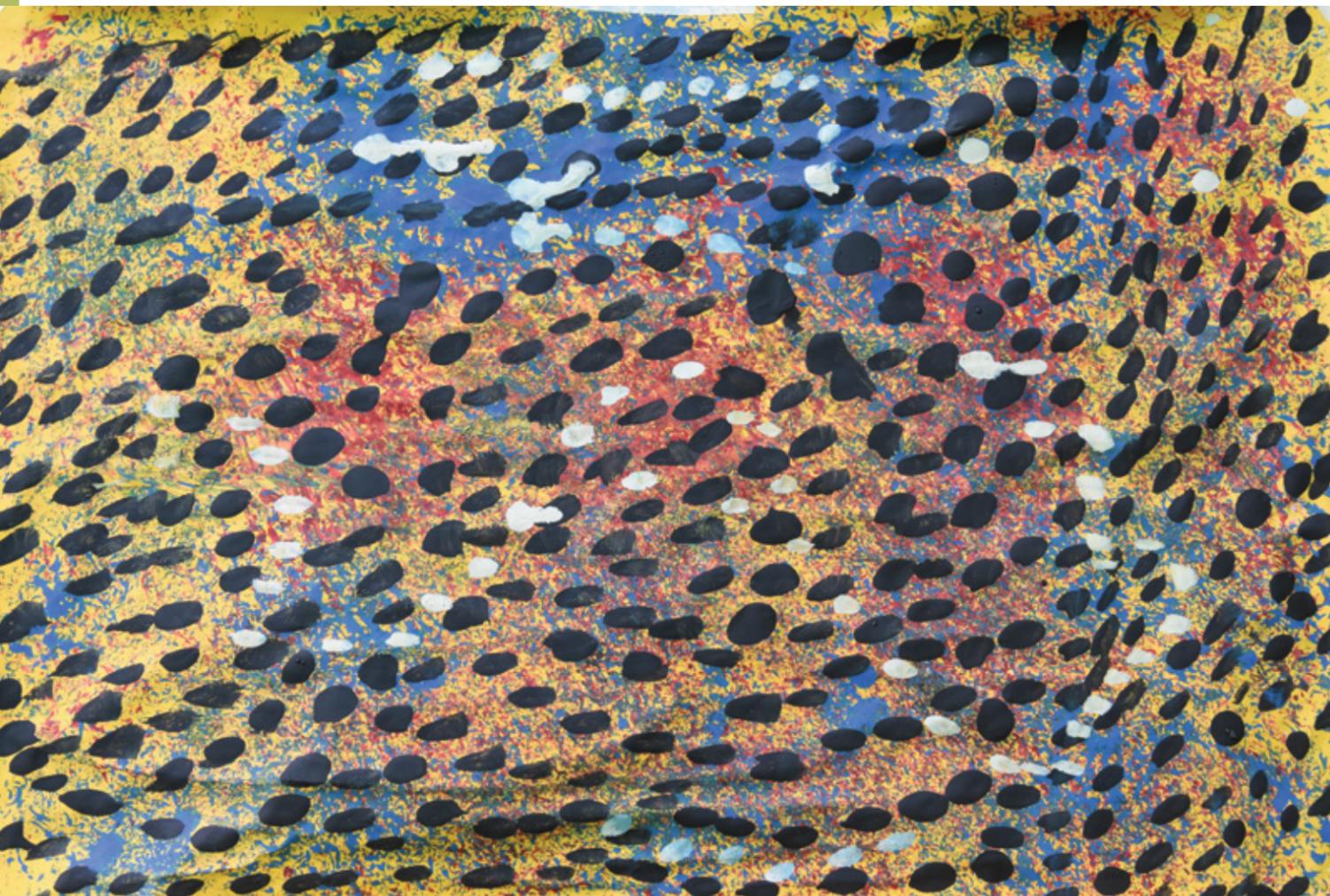
Associado ao manejo, em parceria com o Conselho dos Povos Indígenas de Jutai (Copiju) foram realizadas ainda em 2018 ações de vigilância territorial e a elaboração de um plano de proteção junto às Terras Indígenas Acapuri de Cima, Macarrão e Espírito Santo, São Domingos de Jacapari e Estação. Também foram realizadas atividades de vigilância territorial pelo povo Katukina da TI rio Biá, que contou, ainda, com apoio para o escoamento de 30 toneladas de farinha e uma tonelada de copaíba extraída por meio de boas práticas.



Professora apresentando material na língua do povo Kanamari. Fotos: Florencia Lathrop.



Capas dos materiais didáticos. Foto: Florencia Lathrop.



Junto ao Copiju foi realizada em Jutai uma oficina de elaboração de materiais didáticos com professores indígenas da região, entre eles Katukina, Kokama, Tikuna e Kanamari, com a metodologia chamada de Paneiro de Saberes, que busca resgatar e valorizar os conhecimentos socioculturais e os produtos da sociobiodiversidade locais. Na atividade, que teve apoio do Núcleo de Educação Escolar Indígena da Secretaria de Educação (Neei), os professores produziram livros didáticos com tinturas naturais da região e o próprio paneiro, um cesto utilizado por diversos povos indígenas, compartilhando conhecimentos a que nem todos têm acesso. Em termos de educação escolar indígena no município de Jutai, ainda há enormes lacunas sendo uma delas a quase inexistência de materiais didáticos e que levem em conta a realidade, a cultura e os idiomas dos diferentes povos indígenas.

A continuidade a este trabalho, uma pauta do Copiju, pode favorecer a quebra de paradigmas na educação escolar indígena daquele município.



Participantes das oficinas de materiais didáticos. Fotos: Florencia Lathrop.



Paneiro de Saberes. Foto: Florencia Lathrop.



Foto: Ana Caroline de Lima/OPAN.

Está disponível no YouTube da OPAN o vídeo “Arapaima: redes produtivas”. Leia também na biblioteca do nosso site “Arapaima: vidas amazônicas” para conhecer os processos de fortalecimento da organização e gestão territorial dos povos do Médio Juruá e Médio Solimões.

COLETIVO DO MANEJO DE PIRARUCU DO AMAZONAS



Coletivo reunido em seminário para apresentação do diagnóstico do manejo.
Foto: Dafne Spolti/OPAN.

Foram lançados em 2018 os resultados de um diagnóstico sobre o manejo de pirarucu no Amazonas. Realizado a partir de uma articulação por meio do projeto “Parceria para a Conservação da Biodiversidade na Amazônia”, envolvendo as unidades manejadoras das bacias dos rios Negro, Purus, Juruá e Solimões, o trabalho aponta os benefícios deste trabalho.

Entre 2012 e 2016 houve um aumento de 100% do estoque de pirarucus, espécie que já esteve vulnerável à extinção no passado. Esta atividade tem contribuído diretamente para a conservação de pelo menos 15 milhões de hectares. O estudo apontou ainda os benefícios do manejo em

sua dimensão econômica, cultural, ambiental e social. Pelo conjunto dos ganhos, o manejo vem sendo reconhecido como um dos projetos de conservação mais eficientes do mundo.

O manejo de pirarucu só tem se fortalecido ao longo dos anos por conta de um trabalho conjunto entre os manejadores, organizações da sociedade civil e organizações governamentais. A partir da apresentação do diagnóstico, formou-se um coletivo representando o conjunto das unidades manejadoras. Juntas, elas buscam a sensibilização do público e a valorização do pescado, além de avanços para suprir necessidades apontadas no diagnóstico.

GOVERNANÇA E GESTÃO INSTITUCIONAL

Ao longo de 50 anos a OPAN tem mantido seus princípios e objetivos na defesa dos direitos humanos em todos os níveis, contribuindo para ampliar a autonomia social, política, econômica e cultural dos povos indígenas e comunidades tradicionais no Brasil. Este trabalho só é possível graças ao apoio de parceiros, como fundações, governos, cooperação internacional, empresas públicas e organizações sem fins lucrativos.

A captação e a gestão de recursos para atender as demandas é um desafio contínuo para instituições como esta. Temos também que trabalhar no sentido da ampliação e do fortalecimento das parcerias por meio de patrocínios, financiamentos, doações e campanhas, tendo em vista maior autonomia para a nossa governança.

No momento em que o Estado reduz a implementação das políticas indigenistas, as demandas de trabalho vêm crescendo em diversas áreas, entre as quais destacam-se formação, gestão de projetos, manejo sustentável, entre outros.

A OPAN contou em 2018 com o patrocínio da Petrobras para dar continuidade a dois projetos: o Raízes do Purus, no Amazonas, e o Berço das Águas III, em Mato Grosso. Trata-se de iniciativas de sucesso voltadas ao apoio e fortalecimento dos povos e associações indígenas e comunidades tradicionais, cadeias de valor da sociobiodiversidade, articulação de indígenas com parceiros e atores locais e proteção territorial.

Além do projeto Raízes do Purus, o Programa do Amazonas conta com financiamento do Serviço Florestal Americano para ações no campo do fortalecimento organizacional a comunidades indígenas no sul do estado. Cumpre destacar, ainda, que em 2018 foi concluído o projeto “Arapaima: redes produtivas”, financiado pelo Fundo Amazônia/BNDES nas regiões dos rios Solimões, Juruá e Purus.

O Programa Mato Grosso seguiu o ano com grande participação nos trabalhos e apoio institucional com parcerias da Embaixada Real da Noruega, com foco para a formação e apoio às organizações indígenas no estado, além de Manos

Unidas para dois projetos: um com o povo Xavante de Marãiwatsédé; outro com a Articulação Xingu Araguaia (AXA).

Completando o quadro de parceiros em Mato Grosso, destacamos a The Nature Conservancy (TNC) com apoio à elaboração do plano de gestão territorial do povo Paresi e o projeto Irehi, em execução desde 2016 financiado pelo Fundo Amazônia/BNDES com fomento à cultura, formação política, cadeias de valor da sociobiodiversidade e proteção territorial.

O Programa de Direitos Indígenas, Política Indigenista e Informação à Sociedade, atua de forma transversal entre os programas Mato Grosso e Amazonas a partir do acompanhamento de políticas públicas e articulação entre parceiros, tendo como apoiadores organizações como Misereor, Fundação Moore, Instituto Clima e Sociedade e Fastenopfer.

FAÇA SUA DOAÇÃO

A OPAN desenvolve seus projetos em defesa dos povos indígenas e do meio ambiente graças à contribuição de pessoas e instituições.

Apoie você também!

Dados bancários

OPERAÇÃO AMAZÔNIA NATIVA
CNPJ 93.017.325/0001-68

BANCO DO BRASIL
Agência: 3325-1
Conta corrente: 21.808-1

IBAN
BR9500000000033250000218081C1

SWIFT
BRASBRRJCTA

EQUIPE OPAN 2018

Conselho Diretor

Presidente

Rinaldo Sergio Vieira Arruda

Secretário

João Dal Poz Neto

Tesoureiro

Marcelo Carlos Moreira

Conselho Fiscal

Fabiano Rodrigues da Matta

Luana Fowler Fatori

Rosa Maria Monteiro

Coordenação Executiva

Coordenador geral

Ivar Luiz Vendruscolo Busatto

Coordenador técnico

Vinícius Benites Alves

Setor Administrativo e Financeiro

Rochele Fiorini

Jonia Teresinha Fank

Ariane Proença Alves Chagas

Lucirlene Pereira da Silveira

Luiz Antonio Maciel Rocha

Juliana Vieira da Silva

Mariana Ferreira da Silva

Débora Maria Vicente Chagas Araújo

Daniel Luid Campos

Contabilidade

Lauro José de Souza

Luis Eduardo Pereira de Souza

Setor de Comunicação

Dafne Spolti

Giovanny Vera

Lívia Alcântara

Liebe Lima (AXA)

Programa de Direitos Indígenas, Política Indigenista e Informação à Sociedade

Coordenadora

Andreia Fanzeres

Equipe

Ricardo da Costa Carvalho

Adriele Fernanda Andrade Précoma

Marcos Ramires

Programa Mato Grosso

Coordenadora

Artema Lima

Coordenadora de campo

Luciana Rebellato

Coordenadores de projetos

Fabiano Rodrigues da Matta

Maria Dolores Campos

Tarcísio Santos

Indigenistas

Catiúscia Custódio de Souza

Rodrigo Ferreira Barros

Sandra Helena Maia

Elizabeth Carolina Pinheiro Zaratim

Alexandre de Souza Monteiro

Marcelo Okimoto

Edemar Treuherz

Líli Fernanda G. Xavier

Programa Amazonas

Coordenador

Gustavo Falsetti V. Silveira

Coordenador de campo

Leonardo Pereira Kurihara

Indigenistas

Diogo Henrique Giroto

Magno de Lima dos Santos

Antonio Miranda de Andrade Neto

Rodrigo Tawada

Renato Rodrigues Rocha

Felipe Rossoni

Tarsila dos Reis Menezes

Auxiliares de logística

Carlos Rodrigues Araújo

Francisco Pinheiro de Souza

Antonio das Chagas de Paula

EXPEDIENTE

Edição e Revisão

Andreia Fanzeres, Dafne Spolti,
Ivar Busatto e Lívia Alcântara

Redação

Artema Lima, Andreia Fanzeres, Marcos
Ramires, Dafne Spolti e Jonia Fank

Projeto Gráfico

Lucas Rampazzo
Olivia Ferraz

Fotografia de Capa

Jovens Xavante dançam durante o
Waptéhono. Marcelo Okimoto/OPAN

Operação Amazônia Nativa (Opan)

Mato Grosso

Cuiabá: Avenida Ipiranga, 97
– Goiabeiras | CEP 78032-035
+55 (65) 3322-2980

Nova Xavantina: Avenida Brasil Central,
515 – Centro | CEP 78690-000

Brasnorte: Rua Guáira, 1633
– Centro | CEP 78350-000

Amazonas

Lábrea: Avenida 22 de Outubro, 1759
– Centro | CEP 699830-000
+55 97 3331-1737

Manaus: Rua Nove, 246 – Conjunto
Villar Câmara – Aleixo | CEP 69083-370
+55 (92) 3213-5088

 /OPERACAOAMAZONIANATIVA

 @AMAZONIANATIVA

COMUNICACAO@AMAZONIANATIVA.ORG.BR

WWW.AMAZONIANATIVA.ORG.BR



OPAN 50 anos. Foto: Ana Caroline de Lima/OPAN.

OPERAÇÃO AMAZÔNIA NATIVA
AV. IPIRANGA, 97
BAIRRO GOIABEIRAS
CUIABÁ/MT – CEP 78032-035
+55 (65) 3322-2980

WWW.AMAZONIANATIVA.ORG.BR



 /OPERACAOAMAZONIANATIVA

 @AMAZONIANATIVA

COMUNICACAO@AMAZONIANATIVA.ORG.BR

WWW.AMAZONIANATIVA.ORG.BR